

O PROCESSO ARBITRAL

Com a participação de
Oswaldo Daguano Junior

2ª Edição

Sumário

Gratidão ao Coautor	5
Capítulo I – Aspectos gerais – elementos de teoria geral do processo	19
1. colocação metodológica prévia	20
2. a fundamental proposta deste estudo	22
3. a linguagem dos arbitralistas e o valor da linguagem adequada	25
4. arbitragem e processo arbitral	26
5. a dimensão metodologicamente útil da teoria geral do processo – a presença do poder	27
6. as garantias constitucionais do processo – direito processual constitucional	30
7. arbitragem e contraditório	32
8. a imparcialidade e os demais predicados do árbitro – o dever de revelação	33
9. a arbitragem como meio alternativo de solução de conflitos – as vantagens da solução por essa via – as chamadas “medidas antiarbitragem”	38
10. a arbitragem no sistema romano de processo civil	43
11. arbitragem e jurisdição no processo civil moderno – o caráter jurisdicional da arbitragem	45
12. o direito material aplicável	49
13. julgamento por equidade	50
14. regras corporativas e outras fontes de direito material	51
15. o direito aplicável, o diálogo e o contraditório	52
16. a regência jurídico-processual da arbitragem	54

17.	o poder do árbitro como resultado de um negócio jurídico fundado na autonomia da vontade – poderes e deveres	55
18.	o processo arbitral	60
19.	procedimento – liberdade de escolha pelas partes – o papel do árbitro	60
19-A.	liberdade formal, escolha do procedimento e observância das garantias constitucionais	62
20.	procedimento flexível e não rígido	65
21.	menos preclusões	66
22.	confidencialidade	69
23.	o suposto dever de denunciar infrações penais ou tributárias verificadas nos autos	72
24.	ação e defesa no processo arbitral	75
25.	acesso à justiça e direito à tutela jurisdicional	78
Capítulo II – Aplicações específicas		81
26.	o conteúdo deste capítulo	82
27.	entre a jurisdição estatal e a arbitral – a convenção de arbitragem	83
28.	arbitrabilidade subjetiva e arbitrabilidade objetiva – capacidade dos sujeitos e disponibilidade dos bens ou interesses	86
29.	vontade livre e conscientemente manifestada – contratos de adesão e relações de consumo	91
30.	cláusulas compromissórias em estatutos de entidades associativas	95
31.	arbitragem e Poder Público	98
32.	necessária arguição pelo réu – exceção em sentido estrito	102
33.	interpretação da convenção de arbitragem – o <i>favor arbitral</i> e a <i>Kompetenz-Kompetenz</i>	104
34.	ampliação objetiva e ampliação subjetiva da convenção de arbitragem	109

35.	ampliação objetiva	110
36.	ampliação subjetiva	113
36-A.	admissível em tese a desconsideração da personalidade jurídica na arbitragem	117
37.	conflito entre cláusula compromissória e título executivo extrajudicial – preferência pela executividade	119
38.	formação do processo arbitral – deveres, direitos e obrigações do árbitro já antes da formação da relação processual arbitral	121
39.	as três fases da arbitragem	125
40.	os atos do processo arbitral	127
41.	os provimentos do árbitro	129
42.	os atos das partes – negócios jurídicos processuais	130
43.	o regime das nulidades dos atos do processo arbitral – as nulidades da sentença arbitral	132
44.	a demanda e seus elementos constitutivos: partes, causa de pedir e pedido	135
45.	as partes principais no processo arbitral: <i>requerente</i> e <i>requerido</i> (autor e réu)	136
46.	capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo	137
47.	capacidade postulatória – a facultatividade da representação por advogado	139
48.	intervenções de terceiros – provocadas ou voluntárias	141
49.	litisconsórcio	143
50.	exclui-se a intervenção do Ministério Público	148
51.	interpretação contextual do pedido	150
52.	relações entre demandas	153
53.	cúmulos de pedidos	154
53-A.	Cúmulo simples	155
53-B.	prejudicialidade	155

53-C. pedidos alternativos	157
53-D. alternatividade eventual	157
53-E. cúmulo subjetivo (litisconsórcio)	158
54. interrupção da prescrição	158
55. alterações da demanda e a regra da estabilização desta	165
56. a comunicação da demanda ao requerido (notificação)	168
57. a defesa do réu (requerido) e os fundamentos possíveis	168
58. reconvenção ou pedido contraposto	171
59. revelia, efeito da revelia e abandono do processo	173
60. ônus de impugnação específica dos fatos alegados na demanda	177
61. o não comparecimento para prestar depoimento pessoal – a <i>pena de confesso</i> regida pelo Código de Processo Civil – sua rejeição no sistema da arbitragem	179
62. instrução da causa	179
63. aplicação de normas gerais sobre a prova contidas no Código de Processo Civil	181
64. ônus da prova – distribuição, inversão e regra de julgamento	182
65. poderes instrutórios do árbitro	186
66. liberdade de apreciação de provas e comportamentos – livre convencimento motivado – o dever de motivar	187
67. suspensão do processo arbitral	189
68. suspensão por prejudicialidade	191
69. extinção do processo arbitral	195
70. a sentença arbitral	197
71. sentença ou laudo?	198
72. sentença arbitral parcial	198
73. espécies de sentenças arbitrais e seus efeitos	204
74. a sentença arbitral condenatória como título executivo judicial	207

75.	sentenças arbitrais genéricas	208
76.	sentença arbitral condicional	209
77.	liquidação da sentença arbitral – competência arbitral ou judiciária?	210
78.	sentenças arbitrais constitutivas ou meramente declaratórias	212
79.	sentenças arbitrais substitutivas da vontade do obrigado	213
80.	a regência formal da sentença arbitral	215
81.	correlação entre a sentença arbitral e a demanda: visão geral	216
82.	correlação entre a sentença arbitral e o pedido – o objeto do processo – os chamados <i>pedidos implícitos</i>	218
83.	sentenças arbitrais <i>extra petita</i> ou <i>ultra petita</i>	221
84.	sentenças arbitrais <i>citra petita</i>	223
85.	correlação entre a sentença arbitral e a causa de pedir	225
86.	correlação entre a sentença arbitral e os sujeitos da demanda	229
87.	coisa julgada arbitral	229
88.	coisa julgada sobre decisão de uma questão prejudicial resolvida incidentalmente pelo árbitro	235
Capítulo III – Relações com a jurisdição estatal (momentos de cooperação e censura)		237
89.	quadro geral – programa do capítulo	238
90.	autonomia da arbitragem: dispensa de homologação, equivalência funcional e incensurabilidade dos julgamentos de mérito proferidos pelos árbitros	239
91.	a autonomia da arbitragem e o efeito vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional – admissibilidade da reclamação?	242
92.	o “pedido de instituição de arbitragem” (ou <i>execução específica</i>) – cláusulas arbitrais <i>cheias</i> e cláusulas arbitrais incompletas	248
93.	medidas urgentes preparatórias do processo arbitral – concedidas e efetivadas pelo juiz togado	253

94.	revisibilidade, pelo árbitro, de medidas urgentes concedidas pelo juiz togado	254
95.	medidas urgentes concedidas pelo árbitro em caráter incidente – pressões psicológicas – multas periódicas	255
96.	efetivação de medidas urgentes pelo juiz estatal – solicitação pelo árbitro	260
97.	revisão, pelo juiz, das medidas urgentes concedidas pelo árbitro?	261
98.	admissível o mandado de segurança?	262
99.	ação anulatória de sentença arbitral	265
100.	taxatividade dos fundamentos para a anulação? – interpretação integrativa	271
101.	nulidade ou anulabilidade da sentença arbitral? – uma questão conceitual de relevância sistemática	273
102.	questões suscetíveis de conhecimento de-ofício pelo juiz togado?	277
103.	medidas urgentes concedidas pelo juiz togado para a suspensão de efeitos da sentença arbitral – o juízo do direito mais forte	278
104.	competência para a ação anulatória – competência internacional	280
105.	competência de um juízo de primeiro grau – referência aos elementos da ação anulatória e não da demanda levada à arbitragem	281
106.	Justiça competente	283
107.	competência territorial – eleição de foro	283
108.	juízo competente	286
109.	procedimento comum	287
110.	recursos e ação rescisória	287
111.	cumprimento de sentença arbitral condenatória	289
112.	competência para o cumprimento da sentença arbitral – competência internacional	291
113.	competência interna	292

114. Justiça competente para a execução fundada em sentença arbitral nacional	293
115. competência territorial e competência de juízo – prevenção	295
116. não há cumprimento provisório de sentença arbitral	296
117. impugnação ao cumprimento de sentença arbitral – as nulidades tipificadas no art. 32 da Lei de Arbitragem e os fundamentos permitidos pelo Código de Processo Civil	298
118. exceção de pré-executividade	303
119. cobrança dos honorários do árbitro: execução ou processo de conhecimento, conforme o caso	305
120. cobrança dos honorários do árbitro: execução por título extrajudicial	305
121. cobrança dos honorários do árbitro: processo de conhecimento	308
122. cobrança dos honorários do árbitro: competência	308
Capítulo IV – Execução de sentença arbitral estrangeira	313
123. delimitação do objeto do capítulo	313
124. aplicação do sistema do Código de Processo Civil	314
125. título executivo judicial	315
126. competência internacional	316
127. Justiça competente	317
128. competência de foro e de juízo	317
129. o processo da execução de sentença arbitral estrangeira	318
130. impugnação ao cumprimento de laudo estrangeiro	319
131. exceção de pré-executividade	322
Capítulo V – Arbitragem coletiva	323
132. dois institutos processuais em conflito	323
133. a ação civil pública e o processo coletivo	324

134. os pontos de incompatibilidades entre os dois sistemas	325
135. a ampla liberdade das formas no processo arbitral	325
136. entre a publicidade e a confidencialidade	327
137. o interesse público inerente à tutela coletiva	328
138. o Ministério Público, uma figura estranha ao processo arbitral e indispensável no coletivo	329
139. duplo grau de jurisdição	331
140. regimes diferentes da coisa julgada e da eficácia da sentença	331
141. negócios jurídicos materiais (transação, renúncia <i>etc.</i>)	332
142. negócios jurídicos de direito processual	333
143. conclusão: é necessário ajustar o direito positivo	334
Bibliografia	337